



Thaynara Saquetti
thaynara@atsassessoria.com.br
49 9.9198-1377

ATS Assessoria
Empresarial

**SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-
RIO-GRANDENSE, CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO.**

**PROCESSO Nº 23495.000179.2022-08
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2022.**

ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 32.100.829/0001-52, localizada na Rua Ernesto de Marco nº 515, Bairro: Parque das Palmeiras na cidade de Chapecó-SC CEP: 89.803-660, através de sua administradora Thaynara Pacheco Saquetti sob nº de CPF: 057.724.959-25 e RG 6.052-098 SSP/SC, vem apresentar:

IMPUGNAÇÃO

Ref.: Documentação e normativa elencada de forma equivocada no presente edital, obedecendo as normativas e estando dentro do prazo estabelecido em edital até a data de 23/06/2022.

1. SÍNTESE DOS FATOS





ATS Assessoria
Empresarial

Thaynara Saquetti
thaynara@atsassessoria.com.br
49 9.9198-1377

Trata-se de impugnação, quanto à exigência de documento e normativa, não correspondentes aos itens elencados, encontrando-se atrasada quanto às portarias já publicadas, e ao prazo de entrega, com fins de restrição de participação.

2. DA EXIGÊNCIA DE LAUDOS E NORMATIVAS INCOERENTES

Portaria nº 62 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União na seção 1, página 69, tem como finalidade a aprovação do Regulamento Técnico para luminárias, na iluminação Pública Viária, onde atesta a qualidade dos requisitos de avaliação da conformidade e das especificações para o selo de identificação que se encontram nos Anexos I, II e III desta portaria, ou seja, aprovação de regulamento técnico da qualidade e os requisitos de avaliação de forma CONSOLIDADA.

Informando ainda, suas definições e regulamentações quando a atualização e a evolução do mercado correspondente atual, onde nota-se de forma eficiente que já não mais o mesmo da Portaria 20/2017.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-62-de-17-de-fevereiro-de-2022-382395692>

Segue link da portaria publicada e vigente a ser seguida.

Art. 3º Os fornecedores de luminárias para a iluminação pública viária deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Resta evidente consolidado que a portaria 62/2022 substitui a portaria 20/2017, (Portaria que se aplica a luminárias elétricas).

Compreende-se que por demanda de trabalho possa ter passado de forma despercebida, pois o descritivo técnico do produto deriva de outro setor, no entanto não justifica a responsabilidade de alteração da solicitação que implica em Portaria não válida.





ATS Assessoria
Empresarial

Thaynara Saquetti
thaynara@atsassessoria.com.br
49 9.9198-1377

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento a luminárias para a iluminação pública viária, que operam com alimentação em corrente alternada (CA) ou contínua (CC), com sistema de controle independente ou embutido, compreendendo:

I - luminárias para iluminação pública viária, com lâmpadas de descarga até 600 W; e

II - luminárias para a iluminação pública viária, com tecnologia LED.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento:

I - luminárias de uso geral fixo;

II - luminárias embutidas;

III - luminárias portáteis de uso geral;

IV - luminárias com transformadores integrados para lâmpadas de filamento de tungstênio;

V - luminárias portáteis para o uso em jardim;

VI - luminárias para estúdios de iluminação de palco, televisão e cinema (interior e exterior);

VII - luminárias para piscinas e aplicações similares;

VIII - luminárias para iluminação de emergência;

IX - luminárias com sistemas de iluminação de tensão extra baixa para lâmpadas de filamento;

X - luminárias para uso em áreas clínicas de hospitais e edifícios de saúde; ou

XI - luminárias acopladas a sistemas fotovoltaicos e outros tipos independentes de alimentação, integradas ou não.

Art. 5º A cadeia produtiva de luminárias para a iluminação pública viária fica sujeita às seguintes

E cabe ainda aos fornecedores atualizarem-se e estarem dentro das normativas atendendo as exigências correspondentes às características e qualidade, entretanto a **Certificação ISO 9001:2000 e ISO 14001** ao qual é exigido nos itens 357, 358 e 359, no Brasil não há nenhuma cobrança na legislação que obrigue uma empresa a ser certificada é totalmente Voluntário e não compulsório validando assim, que a exigência de produtos com Certificado ISO 9001:2000 e ISO 14001 é totalmente descabido, e que este Município está predominantemente escolhendo as empresas que participem do seu certame, correspondendo às exigências pessoais do analista dessa Impugnação.

Como é sabido, o termo de referência é parte integral e de extrema relevância de um edital, onde deve constar as características técnicas do produto a ser adquirido por esta administração, obedecendo as normas vigente até a data de sua publicação, ou seja, necessita-se de reformulação, caso contrário cabe a nulidade deste processo licitatório.

3. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO





Thaynara Saquetti
thaynara@atsassessoria.com.br
49 9.9198-1377

ATS Assessoria
Empresarial

Este princípio garante o cumprimento da lei interna que rege a licitação. O edital estabelece que todos os participantes devem seguir a lei principal. O objetivo do princípio é garantir a segurança jurídica tanto de quem participa quanto do órgão público que está contratando.

Acontece que a própria Administração Pública, impondo-se contra a Lei 8.666/93 e aos princípios regulamentares da participação, que acarretam nas diretrizes de comportamentos dos licitantes, levam-se a cumprimento de direitos e inclusive deveres de ambos os lados, foram negligenciados quando:

Exige-se prazo de entrega inatingível, de caráter restritivo e escolhendo as empresas que poderão participar do certame licitatório e segue quando não menciona as portarias inadequadas aos produtos licitados, desobedecendo assim as diretrizes citadas nesta peça.

Entende-se que ao participar de tal licitação com regras restritivas e infundadas cabe ao princípio da vinculação a qual as empresas lesadas têm seus direitos arrancados e instaurados.

Ainda, neste mesmo sentido:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite);

Diante do que já foi exposto, nota-se que a esta Administração atribuindo tal conduta, está posicionando-se contra as normativas, resta entender, se a licitação já possuía uma empresa destinada a receber tratamento diferenciado.





ATS Assessoria
Empresarial

Thaynara Saquetti
thaynara@atsassessoria.com.br
49 9.9198-1377

4. DOS PEDIDOS

Expostos os fatos e argumentos, requer-se que a total aceitação da presente impugnação, eis que, não deve se consagrar tais restrições e negligências.

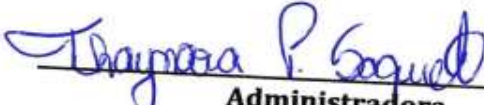
- 1) Seguir de forma completa a normativa VIGENTE conforme determina a Lei, Portaria 62/2022
- 2) Alteração na solicitação da Certificação ISO 9001:2000 e ISO 14001 como opcional tendo em vista que no Brasil não há legislação que obrigue tal certificação.
- 3) Alteração de data, visando o princípio da publicidade, para que empresas as quais descartaram esta licitação por evidenciar direcionamento de contratação, possam novamente analisar e participar;

Desta forma e pelos motivos revelados, percebe-se claramente que deve ser aprovado o Total Deferimento desta impugnação. Solicitamos assim, a sua análise e perfeito entendimento.

Nestes termos,

Aguarda deferimento.

Chapecó-SC 23 de junho de 2022.


Administradora
Thaynara Pacheco Saquetti
CPF: 057.724.959-25



ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Rua Ernesto de Marco, 516, Bairro Parque das Palmeiras,
CEP: 89803-660- Chapecó – Santa Catarina
CNPJ: 32.100.829/0001-52

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular de alteração de contrato social, as partes contratantes a seguir individualizadas:

- a) **THAYNARA PACHECO SAQUETTI**, brasileira, solteira, empresária, nascida em data de 06/09/1995, residente e domiciliada na cidade e comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, sito na Rua Ernesto de Marco, 516, Bairro Parque das Palmeiras, CEP: 89803-660 portadora da cédula de identidade RG nº 6.052.098, expedida pela SSP/SC e do CPF nº 057.724.959-25.

- b) **OLGA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, empresária, nascida em data de 26/11/1949, residente e domiciliada na cidade e comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, sito na Rua Ernesto de Marco, 516, Bairro Parque das Palmeiras, CEP: 89803-660, portadora da RG nº 1019523057, expedida pelo SSP/RS e do CPF nº 246.146.370-00.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de: **ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, empresa jurídica de direito privado, estabelecida nesta cidade e comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, sito na Rua Ernesto de Marco, 516, Bairro Parque das Palmeiras, CEP: 89803-660, inscrita no CNPJ sob nº 32.100.829/0001-52, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42205838876 em data de 26/11/2018.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

03/04/2019

Certifico o Registro em 03/04/2019

Arquivamento 42600539533 Protocolo 196829615 de 29/03/2019 NIRE 42600539533

Nome da empresa ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 431494417981622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

Resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito alterarem seu contrato social primitivo visto haver aumento do capital social e a mudança da sociedade passando a mesma a ficar unipessoal conforme a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 1.033 da Lei n.º 10.406/02 e transformação da natureza jurídica para EIRELI, o que fazem mediante cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – A sócia **OLGA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, já qualificada anteriormente, possuidora de 5.000 (cinco) quotas de capital no valor de R\$ 5.000,00 (cinco reais), retira-se da sociedade vendendo e transferindo o total de suas quotas para a sócia Sra. **THAYNARA PACHECO SAQUETTI**, já qualificada anteriormente, pelo preço justo e acertado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pagos em moeda corrente nacional, no ato da assinatura do presente contrato, servindo o mesmo como recibo, nada mais tendo a Sra. **OLGA RODRIGUES DE OLIVEIRA** a reclamar perante ativo e passivo da empresa e da sócia remanescente, ficando a Sra. **THAYNARA PACHECO SAQUETTI** com a totalidade do capital.

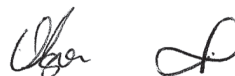
SEGUNDA – A Sra. **THAYNARA PACHECO SAQUETTI**, resolve aumentar o seu capital social que era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), subscrevendo e integralizando 90.000 (noventa mil) quotas no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em moeda corrente nacional, no ato da assinatura do presente instrumento.

TERCEIRA – O Administrador da empresa, infra-assinado e retro qualificado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

QUARTA – Em vista das modificações acima ajustadas fica transformada esta **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente ATO CONSTITUTIVO:

Cláusula 1ª - O nome empresarial é: **ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI**.

Cláusula 2ª – A sede da empresa fica na Rua Ernesto de Marco, 516, Bairro Parque das Palmeiras, CEP: 89803-660, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 32.100.829/0001-52, o capital é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/04/2019

Arquivamento 42600539533 Protocolo 196829615 de 29/03/2019 NIRE 42600539533

Nome da empresa ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 431494417981622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

03/04/2019

Cláusula 3ª - O objetivo da empresa é: Prestação de serviços de escritório e apoio administrativo, serviços de organização de papéis e documentos, elaboração de cadastros, levantamento de dados, processamento e digitação de dados prestados à empresas (8211-3/00); Atividades de cobranças extrajudiciais, levantamento de dados, avaliação, análise e aprovação de capacidade de crédito e levantamento de informações cadastrais (8291-1/00); Assessoria e consultoria em gestão e administração empresarial, financeira, trabalhista, relações públicas, controle orçamentário (7020-4/00); Promoção de vendas (7319-0/02).

Cláusula 4ª - O início das atividades foi em 01 de Dezembro de 2018 e é por prazo indeterminado.

Cláusula 5ª - A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital, conforme art. 1052 da Lei 10.406/02.

Cláusula 6ª - A administração cabe a Sra. THAYNARA PACHECO SAQUETTI com os poderes e atribuições de administrar os negócios, administrativos e financeiros, para proceder à alienação, no todo ou parte, do patrimônio, de todos os bens imóveis, veículos, créditos e direitos, para proceder à liquidação ou endividamento em empréstimos e financiamentos, para dar qualquer destinação comercial adequada ao patrimônio.

Parágrafo Único - É vedado o uso da denominação social à prestação de avais e fianças a terceiros, mesmo que relacionados com os objetivos da empresa.

Cláusula 7ª - A EIRELI poderá nomear administrador não-titular de acordo com os arts. 997, VI; 1.013; 1.015 e 1.064 da Lei 10.406/02. Ocorrendo a nomeação, ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário todos os lucros ou perdas apurados de acordo com o art. 1.065 da Lei 10.406/02.

Cláusula 8ª - A EIRELI poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

Cláusula 9ª - Falecendo o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula 10ª - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/04/2019

Arquivamento 42600539533 Protocolo 196829615 de 29/03/2019 NIRE 42600539533

Nome da empresa ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 431494417981622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

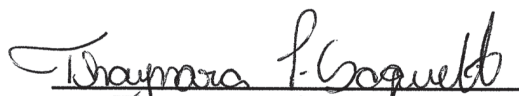
03/04/2019

que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Cláusula 11ª – Declaro sob as penas da lei, que não participo de nenhuma outra empresa desta modalidade.

Cláusula 12ª - Fica eleito o foro da comarca de Chapecó – SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó - SC, 21 de Março de 2019.


Thaynara Pacheco Saquetti


Olga Rodrigues De Oliveira



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

03/04/2019

Certifico o Registro em 03/04/2019

Arquivamento 42600539533 Protocolo 196829615 de 29/03/2019 NIRE 42600539533

Nome da empresa ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 431494417981622

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE – CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

PROCESSO Nº 23495.000179.2022-08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2022.

EM RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA ATS ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI

DOS PEDIDOS

- 1) Seguir de forma completa a normativa VIGENTE conforme determina a Lei, Portaria 62/2022.
- 2) Alteração na solicitação da Certificação ISO 9001:2000 e ISO 14001 como opcional tendo em vista que no Brasil não há legislação que obrigue tal certificação.
- 3) Alteração de data, visando o princípio da publicidade, para que empresas as quais descartaram esta licitação por evidenciar direcionamento de contratação, possam novamente analisar e participar.

DAS RESPOSTAS

- 1) Primeiramente gostaríamos de ressaltar que em nenhum momento o edital nº 08/2022 traz menção a Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-INMETRO, como o impugnante afirma, o edital traz sim exigências em relação a certificações que certamente garantem benefícios a todo o sistema.
- 2) Em relação a Certificação ISO 9001 e ISO 14001 de forma alguma poderemos tornar isso como opcional no pregão, pois desta forma estaríamos abrindo mão de comprar produtos de primeira qualidade e de empresas que se preocupam com o meio ambiente e garantem que todos os processos e materiais são ambientalmente corretos, impedindo poluições excessivas e ações equivocadas.

Abaixo mostramos a importância e os benefícios das Certificações que a Impugnante quer tornar opcional:

- **Excelência operacional:** As medidas da ISO 9001 visam um processo de fabricação mais enxuto, promovendo a maior eficiência das máquinas e dos operadores.
- **Menor desperdício:** O desperdício de material e de tempo é uma realidade em muitas fábricas, com as medidas dos sistemas de gestão você garante que vai usar o mínimo necessário de recursos para produzir o produto.
- **Organização interna:** Outro problema muito comum nas empresas é a desorganização, a ISO tem medidas para organizar e gerenciar melhor os arquivos, documentos e até peças de estoque.

- **Evita multas ambientais:** No caso da ISO 14001, as medidas regulam a sua empresa com as leis ambientais, evitando as multas que são bem salgadas.

3) Tendo em vista que não atenderemos aos pedidos de numero 1 e 2 do impugnante, não existe motivos para alteração de qualquer data informada no referido pregão.

Rogério Valente Ernst

Chefe Departamento de Manutenção da Reitoria

Diretoria de Projetos e Obras

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Tel. 053 999887831